CURSO ONLINE

LEI ANTIFACÇÃO (LEI Nº 15.358/2026)

APLICAÇÃO PRÁTICA NA ATIVIDADE-FIM MINISTERIAL

6 e 16 NOV 2026 | 9h às 12h

COORDENAÇÃO:

Simone Sibilio do Nascimento
Coordenadora do CAO Criminal

Luciana Rocha de Araújo Benisti
Coordenadora do CAO Investigação Penal

Público-alvo: Membros e servidores do MPRJ.

CARGA HORÁRIA
6h

DIAS DA SEMANA
SEX e SEG

300 VAGAS

TRANSMISSÃO
Microsoft Teams

CERTIFICAÇÃO
Frequência mínima de 75% das aulas e do curso

Inscrições: **IERBB.MPRJ.MP.BR**

MPRJ CAO CRIMINAL

MPRJ CAO INVESTIGAÇÃO PENAL

IERBB Escola de Governo MPRJ

PROGRAMAÇÃO

06 NOV - 9h às 12h > Aula 1

ASPECTOS PENAIS DA LEI ANTIFACÇÃO (LEI Nº 15.358/2026): CONFLITOS APARENTE DE NORMAS, QUESTÕES CONTROVERTIDAS E DESAFIOS INTERPRETATIVOS

Docente: **Cláudia das Graças Matos de Oliveira Portocarrero** - Promotora de Justiça MPRJ. Mestra em Direito Público

- Estrutura e fundamentos da Lei Antifacção;
- Novos tipos penais introduzidos pela Lei nº 15.358/2026;
- Conflitos aparentes de normas e critérios de solução;
- Relação da nova lei com os delitos já previstos no ordenamento jurídico;
- Problemas de tipificação e enquadramento jurídico;
- Questões dogmáticas e controvérsias interpretativas;
- Aspectos penais relevantes para a atuação ministerial;
- Discussão de casos concretos.

16 NOV - 9h às 12h > Aula 2

LEI ANTIFACÇÃO NA PRÁTICA: ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS PARA FORMULAÇÃO DE DENÚNCIAS E MANIFESTAÇÕES MINISTERIAIS

Docente: **Renee do Ó Souza** - Mestre em Direito. Especialista em Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Civil e Direitos Difusos e Coletivos.

- Aspectos penais e processuais penais da Lei nº 15.358/2026;
- Construção da imputação criminal;
- Individualização das condutas e organização da narrativa acusatória;
- Formulação de denúncias envolvendo integrantes de facções criminosas;
- Medidas cautelares e requerimentos ministeriais;
- Estratégias para elaboração de manifestações processuais;
- Atuação na fase investigatória e processual;
- Estudos de casos e boas práticas para aplicação da Lei Antifacção na atividade-fim.